

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO CAPITALISTA PÓS-QUEDA DO MURO DE BERLIM.

Gizelli Alini da Cruz¹
Luiza Roberta de S. Pimentel
Rafael Gustavo de Lima

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar histórica e criticamente o conceito de Economia Solidária nos últimos vinte anos, que vão da queda do muro de Berlim (1989) até os dias atuais (2009). Além disso, o artigo expõe o crescimento e a consolidação da Economia Solidária no Brasil das últimas duas décadas. Discussões críticas acerca de convergências e divergências sobre o capitalismo e o socialismo diante da Economia Solidária são, ainda, exploradas pelos autores deste artigo que, por sua vez, pretendem o esclarecimento conceitual deste novo tipo econômico, a situação histórica e atual, além das críticas teóricas relativas ao conceito de Economia Solidária.

Palavras-Chave: Economia solidária, análise histórico-conceitual, Brasil, Queda do muro de Berlim.

1. Introdução

O artigo visa explorar a Economia Solidária do contexto capitalista pós-queda do muro de Berlim e suas influências no Brasil das duas últimas décadas.

Assim, como modo de produção da contemporaneidade, o capitalismo expõe, ainda, algumas mazelas sociais, ecológicas e econômicas, tais como a poluição generalizada de águas e terras, a expropriação dos meios de produção pela propriedade privada e, por conseguinte, a monopolização de setores vitais à economia de um país. O desemprego crescente surgido nas grandes metrópoles, decorrentes de consecutivas revoluções manufactureiras, gera o desemprego estrutural e, ainda, aquele que compõe o exército industrial de reserva. Além disso, o capitalismo se configura como promotor de miséria e exclusão social, por meio da concentração de riquezas em mãos da restrita elite detentora do monopólio dos meios de produção.

Destarte, a Economia Solidária, por meio de uma multiplicidade de conceitos como a autogestão, o cooperativismo e a solidariedade, propugna uma forma de

¹ Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, estudantes de Graduação em Relações Internacionais. E-mail de contato: r.limma@gmail.com

assegurar renda para trabalhadores organizados em meio ao paradigma capitalista de crises cíclicas próprias desse modelo econômico. Assim, enquanto o cooperativismo se torna uma alternativa ao individualismo econômico capitalista, os lucros são substituídos por “sobras” que são, igualmente, divididas entre todos os autogestores envolvidos; enquanto a coletividade autogestionária democrática é realidade na Economia Solidária, a cadeia hierárquica de governança corporativa se impõe nos modelos capitalista. Nesse novo modelo de economia social, a solidariedade toma o espaço de precárias condições de trabalho que, no modo de produção capitalista, acaba por ser estimulada como em vistas ao acúmulo perpétuo de capital.

A Economia Solidária constitui uma resposta ao agravamento da crise do trabalho desde o final do século XX e da crescente insatisfação com o desempenho do sistema público de seguridade social. A emergência da Economia Solidária na América Latina tem a mesma origem na crise do desemprego e precarização das relações de trabalho. Destaca-se a Economia Solidária brasileira pela sua diversidade, relacionada às formas de organização, nível de estruturação e institucionalização.

Em suma, o artigo pretende analisar os conceitos supracitados e como estes influenciam a realidade econômica do capitalismo corrente, além de expor as críticas, a história e a relação do capitalismo e do socialismo com a Economia Solidária.

2. Análise histórica e conceituação da economia solidária

Nos últimos anos, tem-se indagado a respeito de um novo método socioeconômico que preza a valorização do ser humano e reprovava a consideração deste, como uma simples mercadoria à disposição do capitalismo globalizado e neoliberal. Essa nova forma de organização econômico-social se estabelece a partir de um conjunto institucional, que possui uma longa linhagem histórica. Esta mantém diferentes cunhos de interdependência entre seus participantes, sejam eles pertencentes a entidades públicas, à sociedade civil ou a comunidades. Tal sistema econômico é designado "Economia Solidária".

Os primeiros sinais da ideologia econômica solidária apareceram durante o século XIX na Europa, especificamente, na França, tendo como seus principais pensadores Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873), Pierre-Joseph (1809 – 1865) e Robert Owen (1773-1858). Suas ideologias foram elaboradas em meio ao processo e ao fortalecimento da Revolução Industrial, ao aparecimento de crises e às condições miseráveis de vida levadas pelo proletariado, como por exemplo, quando das excessivas jornadas de trabalho, da intensa utilização da mão de obra infantil, do crescente aumento de desempregados devido ao desenvolvimento técnico ocorrido durante a Revolução Industrial e, ainda, quando da precariedade das condições de trabalho existentes.

Charles Fourier, filósofo e economista francês que sugeriu a criação de falanstérios² para organizar a vida em comunidade, idealizava uma sociedade formada, essencialmente, por fazendas coletivas, onde todos os membros desenvolveriam suas atividades em prol do bem comum. A sistematização da riqueza seria elaborada de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho de cada indivíduo.

A sociedade objetivada por Claude Saint Simon, por sua vez, fazia menção à presença de um Estado Industrializado que objetivasse, primordialmente, o bem-estar das classes trabalhadoras, partindo do princípio de que a produção seria baseada de acordo com as necessidades dos cidadãos e de que o Estado garantiria uma distribuição coerente das riquezas.

Já Pierre-Joseph, considerado um diligente defensor da anarquia e crítico fervoroso à propriedade privada, almejava uma sociedade formada por pequenos produtores que seriam financiados por bancos de troca, e assim, obteriam meios para realizar a produção. Dessa forma, haveria a substituição da moeda monetária por certificados de circulação, que, por sua vez, possibilitariam para à sociedade uma ampla troca de serviços.

Robert Owen, por seu turno, intercedia em favor de uma sociedade comunista que seria obtida através da formação e da organização de colônias cooperativas.

² Espécie de comunas de produção e moradia, deveriam abrigar cerca de 1,6 mil pessoas e não só dedicar-se à produção agrícola e industrial local, mas também dar conta das atividades lúdicas e de aprendizado intelectual

Como o principal resultado disso, observar-se-ia a extinção da propriedade privada nos meios de produção.

Entretanto, por não apresentar uma formulação objetiva de transformação na sociedade, tais pensadores foram imputados, por Karl Marx, economista, socialista e filósofo alemão do século XIX, como socialistas utópicos. Dessa forma, o pensamento solidário só reapareceria no início do século XX, durante a crise, que mais tarde, ficaria conhecida como a “Grande Depressão” de 1929. Crise esta que, ocasionou um crescimento acelerado na taxa de desemprego e manifestou, uma vez mais, a imperfeição do sistema econômico capitalista.

Dessa forma, é apenas com o desenvolvimento do processo cooperativista/associativista desempenhado pelas classes trabalhistas, durante a segunda metade da década de 70, que tal ideologia solidária reaparecerá mais fortalecida. Seu principal objetivo se dará a partir da luta contra a exclusão social e da iniciativa do salvamento e até mesmo da criação de empregos, como cita Edson Nascimento:

"Os valores centrais da Economia Solidária são: o trabalho, o conhecimento e atendimento das necessidades sociais da população, a partir de uma gestão responsável dos recursos públicos. A Economia Solidária representa instrumento de combate à exclusão social na medida em que apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades humanas, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da ética e da solidariedade. A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica e social e a democracia participativa, além da reserva ambiental e a utilização racional dos recursos naturais. Além disso, a Economia Solidária exige o compromisso dos poderes públicos com a democratização do poder, da riqueza e do saber, e estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania (controle social)." [NASCIMENTO, 2006, p. 8]

No Brasil, a Economia Solidária aparece como uma forma defensiva utilizada pelos trabalhadores contra o desemprego. Dessa forma, a classe trabalhadora, que se encontrava desempregada passou a reordenar seus próprios negócios. É nesse cenário, que importantes entidades surgidas de movimentos sociais como a Cáritas, a qual atua na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica, a ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de

Autogestão e Participação Acionária -, entre outras, que formulam propostas alternativas para as comunidades, auxiliando-as a se desenvolverem, coletivamente, em suas variadas atividades econômicas.

Um autor fundamental, no que diz respeito à conceituação e ao desenvolvimento da Economia Solidária global, é o atual Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer. Para o especialista, a definição de Economia Solidária faz referência a um outro modo de produção, cujos princípios básicos estão relacionados à propriedade coletiva e ao direito à liberdade individual.

São formas de organização da produção, do consumo e do crédito feitas de forma democrática. Ou seja, as unidades são possuídas e geridas por seus trabalhadores - no caso de comunidades de produção, por seus consumidores - nas cooperativas de consumo e por depositantes e mutuários - nas cooperativas de crédito. São de posse coletiva e os direitos de decisão sobre a unidade ou sobre a empresa são idênticos. Isto é, ninguém tem mais poder de votos do que outros'. [Singer, [2007?]]

Para o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), órgão responsável por identificar e registrar os empreendimentos que se encaixam nessa categoria, bem como as entidades de apoio, assessoria e fomento aos mesmos, conceitua-se Economia Solidária como o conjunto de atividades econômicas (composto pela produção, pela distribuição, pelo consumo, pela poupança e pelo crédito) elaboradas solidariamente por trabalhadores sob a forma autogestionária.

Destacam-se na prática da Economia Solidária, quatro características fundamentais que, embora complementares, nunca funcionam singularmente: a cooperação, a autogestão, a viabilidade econômica e, intuitivamente, a solidariedade.



Fonte: SIES

Cooperação refere-se à junção de objetivos comuns, a união de esforços e capacidades, e a divisão dos resultados e da responsabilidade perante as dificuldades.

A Autogestão, por sua vez, visa à prática nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos na direção e coordenação das manifestações, nos seus múltiplos graus e interesses.

De acordo com a figura apresentada abaixo, observam-se algumas características presentes na prática da autogestão. Dentre elas, a que mais se destaca percentualmente, é a participação nas decisões cotidianas do EES (Empreendimentos Econômicos Solidários), e, por conseguinte, a de menor relevância, se encontra presente nos Planos de Trabalho definidos em Assembleia.

AUTOGESTÃO	
CARACTERÍSTICAS DOS EES	%
Participação nas decisões cotidianas do EES	66
Periodicidade de assembléia mensal	62
Prestação de contas em assembléia geral	61
Eleição direta dos dirigentes	60
Facilidade de acesso a registros e informações	60
Coletivo de sócios(as) definem destino das sobras e uso de fundos	49
Plano de trabalho definido em Assembleia	42

Fonte: SIES

A Atuação Econômica prevê a agregação dos esforços, recursos e ideais nas possibilidades coletivas de produção e prestação de serviços.

Finalmente, a solidariedade preocupa-se com a distribuição coerente dos resultados, com a melhoria nas condições de vida dos indivíduos agregados à

prática de economia solidária, com o comprometimento em relação à saúde ambiental e comunitária e com o bem estar dos trabalhadores e dos consumidores.

- **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva, parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.
- **Autogestão:** as pessoas envolvidas exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.
- **Atuação econômica:** são empreendimentos que desenvolvem atividades econômicas de produção, beneficiamento, crédito comercialização e consumo etc.
- **Solidariedade:** expressa na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam à melhoria das condições de vida de participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; na participação nos processos de desenvolvimento territorial ou local; nas relações com movimentos sociais e populares emancipatórios; no bem-estar dos trabalhadores e consumidores. (SHIOCHET; SILVA; BERTUCCI *apud* LIMA, 2005, p.42)

3. Críticas à Economia Solidária

A Economia Solidária, de acordo com Paul Singer, tem sido, durante muitos anos, em países de todo o mundo, uma das principais formas de oposição ao capitalismo. Entretanto, muitas das articulações formuladoras da política econômica solidária, vêm provocando inquietações e polêmicas diante de especialistas sociais. Algumas dessas críticas estão presentes no artigo "Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária", de autoria de Daniela Neves de Souza, a qual afirma que um dos problemas apontados em torno da ideologia econômica solidária, se deve aos preceitos que a originaram e à sua desvinculação com tais formulações.

Apesar de temas como autogestão, auto-organização dos trabalhadores, sociedade de "produtores livres", justiça social, entre outros, estarem vinculados historicamente às origens do socialismo moderno do século XIX, esse conceito – "economia solidária" – é cunhado na atualidade, nas duas últimas décadas do século XX, sob a marca da solidariedade indiferenciada transclassista resultante dos processos de "desresponsabilização do Estado" (contra-reforma do Estado no Brasil), e das transformações do capital e suas estratégias de controle sobre o trabalho [SOUZA, 2008, p. 57]

Outra crítica parte da inquietação em relação aos segmentos ou às práticas econômicas que constituem a Economia Solidária:

[...] se tal proposta se vincula ao projeto emancipatório em alternativa ao capitalismo, como amparar em seu conteúdo formas de associação tão diferentes e com conteúdos tão díspares, pois congrega, em suposto consenso de interesses, parcelas da classe capitalista e trabalhadora. A "economia solidária" congrega também, no mesmo bojo, organizações formais e informais, de representação de trabalhadores ou patronal, associações de interesses sociais, econômicos e políticos, indivíduos comuns, e experiências ligadas ao poder estatal.[SOUZA, 2008, p. 58]

Finalmente, uma terceira consideração faz referência à difusão conceitual da Economia Solidária utilizada pelos teóricos e pela sociedade civil e a contradição, que a mesma impõe às relações sociais no capitalismo.

As classes sociais fundamentais, a partir do referencial solidário, desreferenciam o conteúdo central da exploração, qual seja: produção coletiva e apropriação privada da riqueza. Assim, o enfoque central da "economia solidária" destina-se a discutir a *gestão do trabalho*, a *regulação econômica*, ignorando mediações fundamentais do *modo de produção capitalista*, e particularmente do seu estágio atual de desenvolvimento. [SOUZA, 2008, p. 58]

Claus Magno Germer, doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas e professor associado da Universidade Federal do Paraná, opõe-se também à Economia Solidária, no que se refere à sua conceituação por Paul Singer:

A concepção da "Economia Solidária" como novo "modo de produção", elaborada por Singer, nada tem em comum com o conceito correspondente de Marx, do qual o autor toma emprestada, indevidamente, a expressão modo de produção. O empréstimo é indevido porque o uso que faz do conceito não corresponde ao de Marx, e o autor não só não explicita o seu próprio entendimento do conceito, como não esclarece os leitores sobre o fato de ter adotado a expressão, mas não o seu conteúdo. Sendo assim, o conceito de "Economia Solidária", de Singer, permanece desprovido de conteúdo teórico, sendo, portanto inconsistente. (GERMER, *apud* LIMA, 2005, P.09)

Dessa forma, Germer afirma que Singer empregou de forma inadequada o conceito de, "modo de produção", defendido primordialmente por Karl Marx e que, além disso, a conceituação elaborada por Singer para definir "Economia Solidária" é inconsistente.

Outra importante crítica à Economia Solidária, pode ser encontrada no artigo denominado "A luta pela estatização, contra a "Economia Solidária" do autor Serge Goulart. Tal julgamento narra a respeito da ideia de que acontece, na prática

da Economia Solidária, a desagregação organizacional da classe trabalhadora. Para o autor, a saída para os trabalhadores que perdem seus empregos relaciona-se à estatização.

Numa época em que todos os governantes e muitos sindicalistas falam de “Economia Solidária”, a autogestão e as cooperativas são apontadas como a solução para salvar os empregos. Só que não salva empregos e desagregam a luta e as organizações dos trabalhadores. Só a estatização dá uma verdadeira perspectiva para os trabalhadores em luta. (GOULART, *apud* LIMA, 2004, p.96)

Graziela Lima, em seu trabalho de conclusão de curso sobre Economia solidária e Responsabilidade Social Corporativa, se opõe a essa opinião, fundamentalmente, pelo fato de que inúmeras empresas privadas, ao serem configuradas à forma de cooperativa por motivo de falência, deram prosseguimento às suas atividades. A autora cita exemplos como a Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá, transformada em Cooperminas - Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores de Criciúma Ltda e a Sidesa, que se transformou em Coopermetal - Cooperativa dos Metalúrgicos de Criciúma.

Além disso, Lima considera que a Economia Solidária proporciona aos trabalhadores oportunidades pessoais (emancipação, participação política, prática em conjunto, entre outras) cuja contribuição pode ser observada socialmente.

[...] se entende que o trabalho na perspectiva da Economia Solidária, dentro seus princípios, possibilita ao trabalhador uma série de benefícios enquanto ser humano, como por exemplo, seu empoderamento, emancipação, participação política, preocupação com o meio ambiente, desenvolvimento para atuar em equipe, dentre outras características proporcionadas pela ação coletiva na perspectiva da Economia Solidária, que contribuem para que o trabalhador seja mais atuante enquanto cidadão e mais contributivo para uma sociedade mais justa. (LIMA, 2006, p.40)

Dessa maneira, percebe-se que a Economia Solidária não é, ainda, um movimento sócio-econômico que demonstra perfeição em sua estruturação. Todavia, é válida a consideração de que, a partir da Economia Solidária, nascem maneiras diversificadas de se produzir, vender, comprar e trocar o que é necessário para a sobrevivência, sem que seja feito uso de qualquer tipo de exploração ou destruição.

Outros fatores relevantes, na experiência Econômica Solidária, independente,

de críticas ou considerações, são os resultados positivos que tal prática tem alcançado. Tais como:

- A formação de parcerias com organizações e/ou entidades dos três setores da sociedade;
- O aumento da credibilidade dos participantes de cooperativas diante do poder público e da sociedade;
- O envolvimento com diversas organizações que se tornaram parceiras;
- A inserção de produtos advindos da prática da economia solidária nos mercados.

Dessa forma, observam-se características benéficas na prática Econômica Solidária, que não são possibilitadas na economia tradicional, e, mesmo que assim o fossem, apenas seriam garantidas, a partir de leis, dificultando a liberdade e o crescimento pessoal dos trabalhadores envolvidos.

4. Capitalismo, Socialismo e Economia Solidária: convergências e divergências

Paul Singer parece reescrever a história da luta dos trabalhadores pelo socialismo, nos últimos 200 anos, como se ela fizesse parte do desenvolvimento progressivo da economia solidária, dando ênfase ao cooperativismo de produção. O elemento verdadeiro dessa história é que as lutas anticapitalistas tiveram seu início há quase 200 anos (primeiras décadas do século XIX). Todavia, a formação de cooperativas não foi o eixo central da luta do proletariado contra o capitalismo. Para dar destaque ao equívoco de Singer, faz-se necessário mostrar as grandes fases que podem ser identificadas na história da luta do proletariado mundial contra o capitalismo.

A primeira fase vai do início do século XIX até 1848. Entre os fatos destacados desse período, está o Ludismo, no qual trabalhadores destruíram muitas máquinas, que consideravam como as grandes culpadas pelo desemprego, além de se observar, também, as primeiras tentativas de formação de sindicatos. O cooperativismo desse período, por um lado, era o subproduto das lutas práticas dos

trabalhadores, que ocupavam fábricas falidas e tentavam convertê-las em cooperativas, como uma medida para reverter o desemprego causado pelas crises industriais e, por outro lado, constituía as bases de utopias sociais pensadas por intelectuais (como Fourier e Saint-Simon), porquanto essa fase é considerada a fase do socialismo utópico. Segundo Singer, essa seria a fase inicial da economia solidária, denominada “cooperativismo revolucionário” que crescia como um modo de produção alternativo ao capitalismo.

Singer parece não distinguir as iniciativas práticas dos trabalhadores das propostas teóricas de intelectuais preocupados com o agravamento da questão social. Apesar de importantes, esses processos se caracterizavam como uma reação defensiva dos trabalhadores, quando em situação crítica do que a criação de projetos conscientes de socialização dos meios de produção.

A segunda fase inicia-se em 1848, caracterizada pela intervenção do proletariado no processo social como classe consciente de seu papel social e político. O proletariado supera a fase inicial, quando da fusão das lutas práticas e teóricas, dando origem ao socialismo moderno – este, baseado na ciência da história e no empirismo da sociedade. O proletariado fez sua primeira aparição, como classe independente, nas revoluções burguesas de 1848. A partir desse momento, as propostas utópicas, pautadas no cooperativismo como eixo central, converteram-se como obstáculo ao avanço das lutas pelo socialismo, uma vez que desviavam os esforços dos trabalhadores da luta pelo poder de Estado, fator decisivo para a transformação social real. Neste aspecto, evidencia-se o fato de que a classe proprietária dos meios de produção e o Estado, que na fase anterior eram contrários às medidas cooperativistas dos socialistas utópicos, mudam de posição ao perceber o seu caráter limitado em relação à nova fase socialista, e passaram a adotar algumas medidas cooperativistas da fase anterior. Ainda na segunda fase, passaram a ocorrer disputas internas, na classe trabalhadora, entre o caminho das lutas meramente econômicas, concentradas no cooperativismo e autolimitadas pela ampla superioridade competitiva do capital e, as lutas na esfera da ideologia, da cultura e da política, visando à conquista do poder de Estado.

A fase moderna de luta pelo socialismo, a partir de 1848, deu origem a mais de um século de conquistas políticas dos trabalhadores, a partir do primeiro episódio

significativo, que foi a Comuna de Paris, em 1871 (primeira experiência histórica de governo dos trabalhadores). Em contraste com isso o cooperativismo, núcleo estratégico de economia solidária, segundo Singer, em nenhum momento foi capaz de catalisar um processo significativo de mudança social dirigido pela classe trabalhadora.

A adoção da Economia Solidária, em lugar da disputa pelo poder de Estado, como estratégia de transição para o socialismo, consistiria no abandono do terreno em que as condições de luta são mais favoráveis aos trabalhadores, por um terreno onde as condições são extremamente desfavoráveis. Os trabalhadores deixariam de concentrar sua força na arena política, onde numericamente são maiores, para concentrar suas forças na arena econômica, a qual seriam divididos em pequenos grupos – as cooperativas. Dessa forma, seriam lançados no terreno da concorrência econômica, em que são inferiores à classe capitalista, pois nesse terreno o que conta é a qualidade do capital e dos meios de produção e não a quantidade populacional.

Na formulação marxista, o socialismo, baseia-se na propriedade social ou coletiva dos meios de produção e no planejamento da economia como o oposto ao modelo do mercado. Na medida em que a Economia Solidária, formulada por Singer, se opõe a essas duas premissas do socialismo, conclui-se que ela não é um projeto socialista e, portanto, não reflete os interesses do proletariado como classe.

Como já acima citado, Singer afirma que a “cooperativa de produção” é a “unidade típica da Economia Solidária”, e que a luta pelo cooperativismo constitui a linha de continuidade histórica das lutas anticapitalistas. Singer não forneceu qualquer definição da “cooperativa de produção”, apesar de ser o centro da sua concepção de Economia Solidária; portanto, se é induzido a pensar que a omissão conceitual não é casual, mas impõe-se como condição para conferir um mínimo de plausibilidade. Tentando pôr isso em evidência, faz-se necessário rever os processos históricos do desenvolvimento do cooperativismo.

O cooperativismo surgiu há muito tempo no capitalismo e, desenvolveu-se ao longo do tempo. O cooperativismo surgiu a partir de duas diferentes origens: formação de associações de pequenos capitalistas, que evoluíram para a forma de cooperativas empresariais. A motivação dessas cooperativas é puramente

comercial, com o objetivo de reduzir custos individuais nas operações complementares realizadas em grande escala; reação de trabalhadores assalariados, à piora de suas condições de vida, em contexto de conflito político com a classe capitalista. Também, nesse caso, há duas variantes que diferem qualitativamente.

Por um lado, as cooperativas de consumo, nas quais a cooperação não se dá na produção, na sua maioria, os associados se beneficiam apenas como consumidores. A outra variante é a fábrica-cooperativa, na qual, quem coopera são os próprios trabalhadores da empresa. As fábricas-cooperativas surgiram a partir do início do século XIX, resultante da tomada do controle das fábricas falidas em período de crise industrial pelos trabalhadores. As fábricas-cooperativas foram o tipo de cooperativas que menos se desenvolveu, porquanto nela os próprios trabalhadores assumem o controle pleno da empresa e da produção, no estágio mais avançado da produção capitalista. Isso permite compreender o motivo pelo qual a cooperativa, símbolo do chamado movimento cooperativista moderno, exaltado por Singer, não seja a fábrica-cooperativa, mas sim a cooperativa de consumo.

Marx e Engels interessaram-se pelo fenômeno cooperativista, na medida, em que representava elementos de uma nova estrutura social em gestão. Por essa razão, o interesse concentrou-se nas fábricas-cooperativas. Para Marx o fato mais importante das Fábricas-cooperativas é o fato de que ela demonstra a possibilidade de o trabalhador assumir o controle da produção. Mas essa avaliação positiva não levou Marx a ignorar o quadro global, onde essas cooperativas estavam inseridas, caracterizados pela subordinação dos trabalhadores aos capitalistas. Ao contrário de Singer, não as considera como um novo modo de produção. O novo modo de produção se manifesta na própria estrutura do modo de produção vigente. Não há dois corpos sociais lado a lado, mas um mesmo corpo social em processo de transfiguração; não é o antigo, mas ainda não é o novo. Como o novo modo de produção nasce no interior do antigo, a fase de transição do capitalismo para o socialismo deve, necessariamente, caracterizar-se pela contradição, das quais as fábricas-cooperativas são exemplos.

Marx iguala as cooperativas com as sociedades anônimas, como formas contraditórias, que estavam emergindo no interior do capitalismo. O que elas têm em comum, é que ambas separam a gestão da produção da propriedade privada dos meios de produção e são administradas por gestores indicados pelos proprietários coletivos, entretanto, ambas permanecem como prisioneiras da lógica do capital, como capitalistas coletivos que são. Marx ainda indica que a transição da propriedade privada para a propriedade coletiva é gerada pelo desenvolvimento do próprio capitalismo e não pela oposição da classe trabalhadora. Em uma primeira fase, a expansão do capitalismo implica na expropriação dos produtores diretos e na expansão do trabalho assalariado na sociedade. Na fase seguinte, a difusão das sociedades anônimas implica na expropriação dos capitalistas individuais e na inserção da propriedade coletiva dos meios de produção. Assim, a propriedade individual dos meios de produção desaparece, sendo substituída pela propriedade coletiva dos meios de produção.

Dessa forma, a Economia Solidária não é uma criação em processo contínuo da luta dos trabalhadores contra o capitalismo, ao contrário do que afirma Singer. Em seus textos sobre o tema, o autor foi incapaz de identificar o processo real da luta dos trabalhadores.

5. O histórico brasileiro da Economia Solidária

Ao resgatar as lutas históricas de trabalhadores do século XIX, a Economia Solidária surge como uma das formas de conter o avassalador capitalismo industrial. As mudanças estruturais dos empregos ofertados, o gradativo aumento da informalidade, a precarização das condições formais de trabalho, além do desgaste das bases do modelo tradicional do capitalismo, no tocante às relações empregatícias, instilam, nos trabalhadores mais afetados por crises econômicas e de desemprego, a busca pela renda e pela sobrevivência própria e de seus conviveres, de uma maneira alternativa e, acima de tudo, digna: a Economia Solidária.

Especificamente, no Brasil, a Economia Solidária surge, segundo Paul Singer, em uma provável resposta à grande crise de 1981/83, quando da concordata de muitas indústrias de grande porte na região nordeste e centro-oeste do país:

É desta época a formação de cooperativas que assumem a indústria Wallig de fogões, em Porto Alegre, a Cooperminas, que explora uma mina de carvão falida em Criciúma (Santa Catarina) e as cooperativas que operam as fábricas (em Recife e em São José dos Campos) da antiga Tecelagem Parahyba de cobertores. Todas elas continuam em operação até hoje. (SINGER, 2002, p. 07)

Entretanto, o fechamento de empresas continuaria e a demissão de numerosos trabalhadores perduraria nas décadas de 1980 e 1990. Graziela Lima, nesse contexto de desemprego que o capitalismo promove, sugere a Economia Solidária como a criação de uma nova economia no Brasil, por meio da organização de movimentos sociais:

Como forma de enfrentar esta realidade de miséria e exclusão, promovida pelo capitalismo, e a partir da necessidade dos trabalhadores gerarem renda, emerge no Brasil, por meio da organização de movimentos sociais, uma nova economia, diferente da tradicional, e que se desenvolve basicamente no âmbito de cooperativas populares, na qual seus princípios estão ligados à autogestão, cooperativismo, coletividade, igualdade e solidariedade (...). (LIMA, 2006, p. 34)

Aliada ao desenvolvimento pleno da Economia Solidária como política pública no Brasil, surge em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – que, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego do governo federal, além de diversas outras atribuições, é a responsável pela coleta e organização de dados sobre empreendimentos da Economia Solidária em território nacional:

Em consonância com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego, tem o objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2009)

Ainda, de acordo com a SENAES, a Economia solidária deve muito de seu sucesso a sistemáticos esforços de instituições apoiadoras, além do apoio governamental em proporcionar fóruns de debate sobre o a nova economia:

No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de

gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2009)

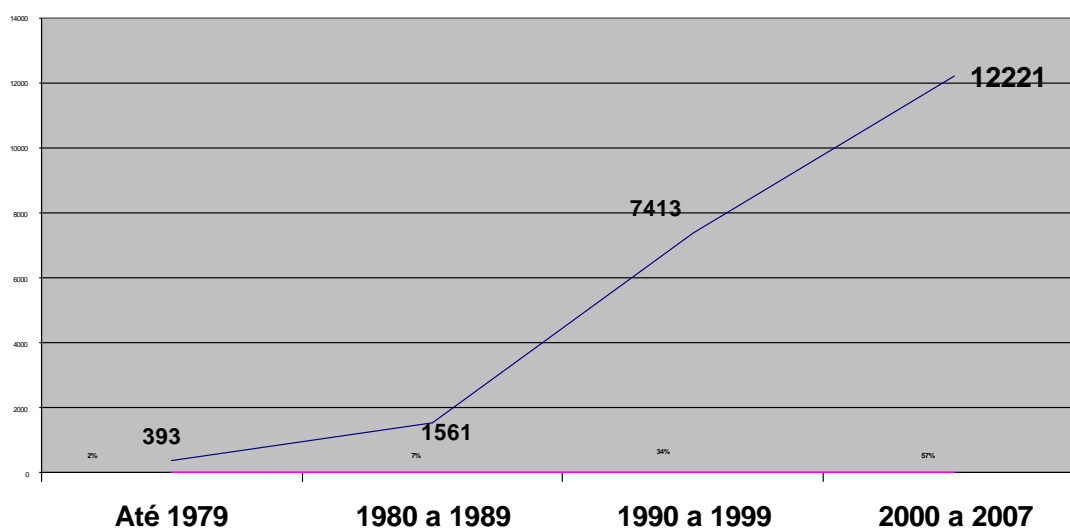
Destarte, a Economia solidária contou com apoio de organizações que possibilitaram o encadeamento de interesses múltiplos que nasciam das relações sociais da Economia Solidária, em que empreendimentos solidários serviam de geradores de insumos dentro de uma cadeia de interesse que, antes de chegar a consumidor final, proporcionavam o sucesso econômico de outros empreendimentos solidários em todo o Brasil.

Assim, delinea-se a silhueta de uma economia que demarcaria seu espaço quantitativa e qualitativamente no contexto brasileiro da atualidade, e que é objeto da próxima seção.

6. Atualidade: Comportamento e Evolução da Economia Solidária no Brasil

A Economia Solidária ao longo dos últimos 20 anos mostra que se desenvolve rapidamente no Brasil, num panorama em que, segundo Singer, “qualquer balanço tem que ser considerado provisório”. Segundo dados oficiais da SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, a recente expansão de empreendimentos solidários em todo território nacional, num período que compreende 1979 e 2007, registra um crescimento de mais de 31 vezes ou um aumento de 3109,6 %, como é possível visualizar na gráfico 1:

GRÁFICO 1 – CRESCIMENTO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – BRASIL



Fonte: SIES

Não menos importante, é a estruturação proposta pelo SENAES das primeiras conferências estaduais e da primeira conferência nacional brasileira de Economia Solidária, como descreve Lima:

Outro avanço conquistado pelo movimento de Economia Solidária foi a realização em 2006, das primeiras conferências estaduais, organizadas em todos os estados brasileiros, seguida da primeira conferência nacional de Economia Solidária, que aconteceu em Brasília entre os dias 26 e 29 de Junho do mesmo ano. O levantamento dos dados e as conquistas no âmbito da Economia Solidária, evidenciam seu crescimento e fortalecimento em todo o país (LIMA, 2006, p. 34)

Singer cita ainda que, atualmente, o desenvolvimento da Economia Solidária não se dá apenas pelo agravamento do desemprego em massa e da exclusão social, como o observado nas décadas de 80 e 90. Hoje, para o autor, o que impele a nova economia, em sua difusão extrondosa nos últimos 20 anos, é a expansão do conhecimento conceitual da Economia Solidária, além da tecnologia social, econômica e jurídica na implementação desse novo tipo econômico. Ele ainda conclui:

A construção dum modelo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo, mas passos cruciais já foram dados, etapas vitais foram vencidas. Suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população. Mesmo assim, não há como olvidar que dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do auto-respeito e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na Economia Solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo. (SINGER, 2002, p. 37)

Por mais modestas que sejam as dimensões da Economia Solidária apontadas por Singer no fragmento acima, é impactante e notória a evolução do espraiamento da nova economia no país, como indicam os dados dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) das figuras 1 (até 1990) e 2 (1990-2007) abaixo:

FIGURA 1 – EES ATÉ 1990

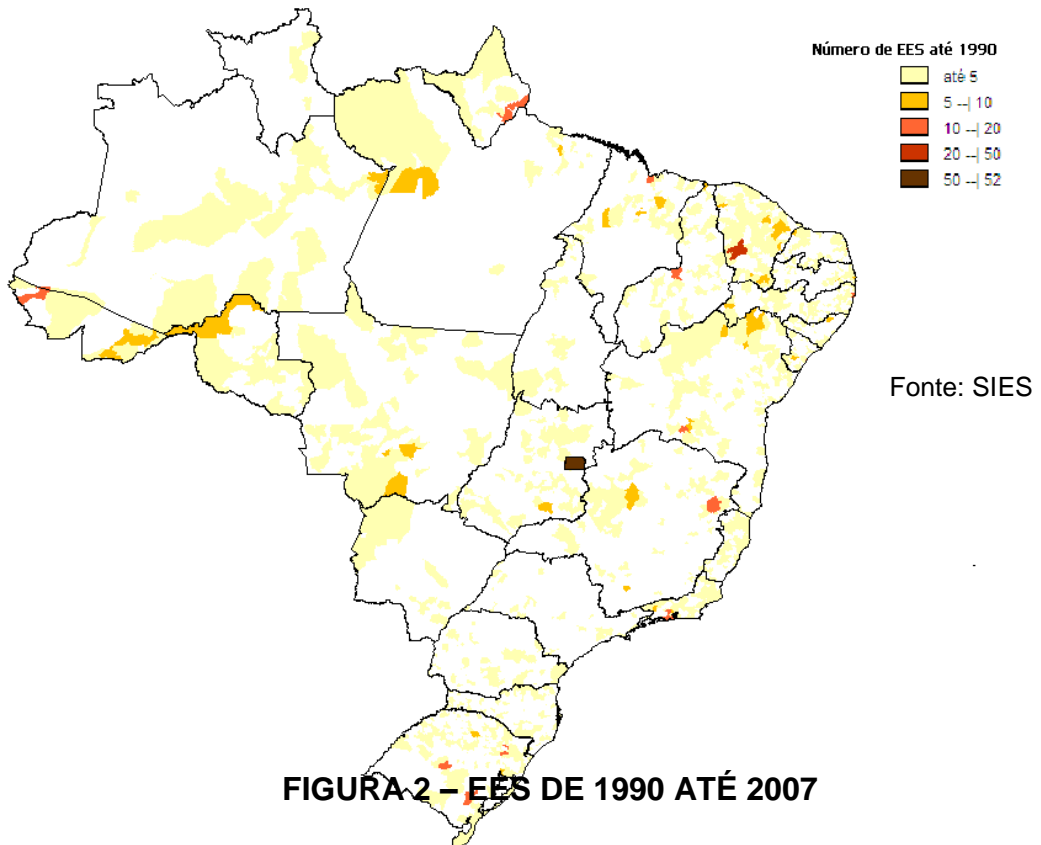
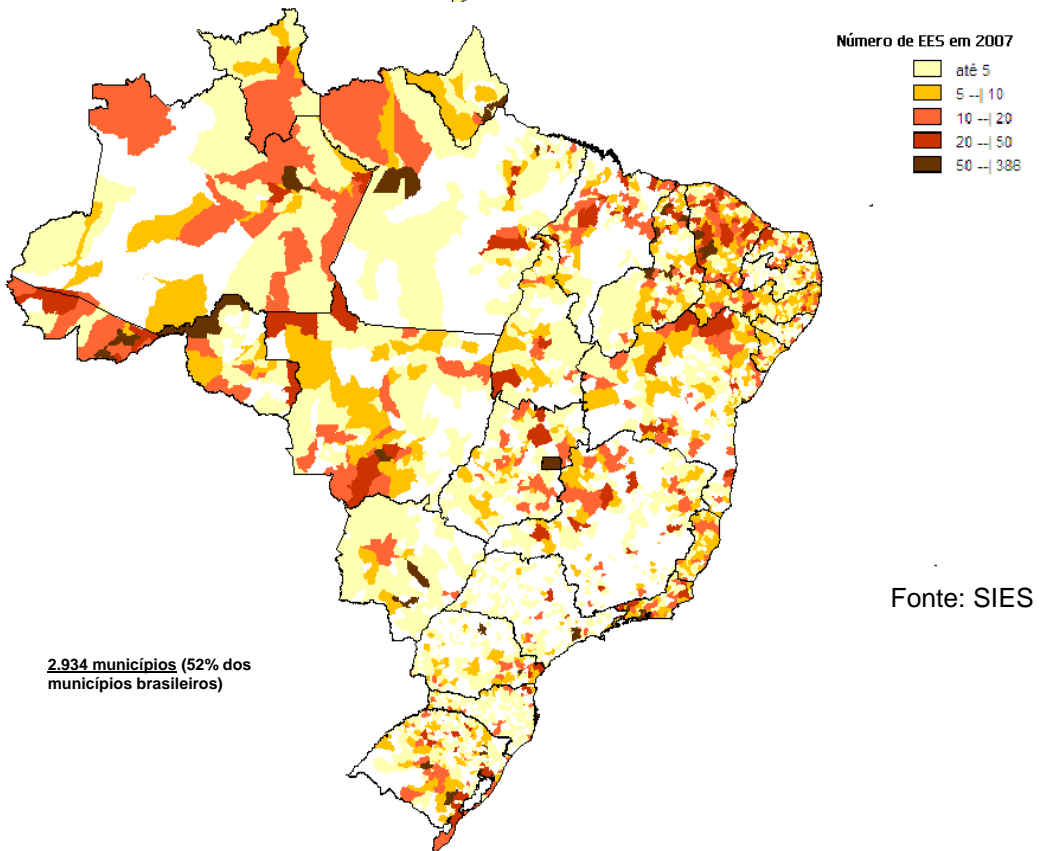
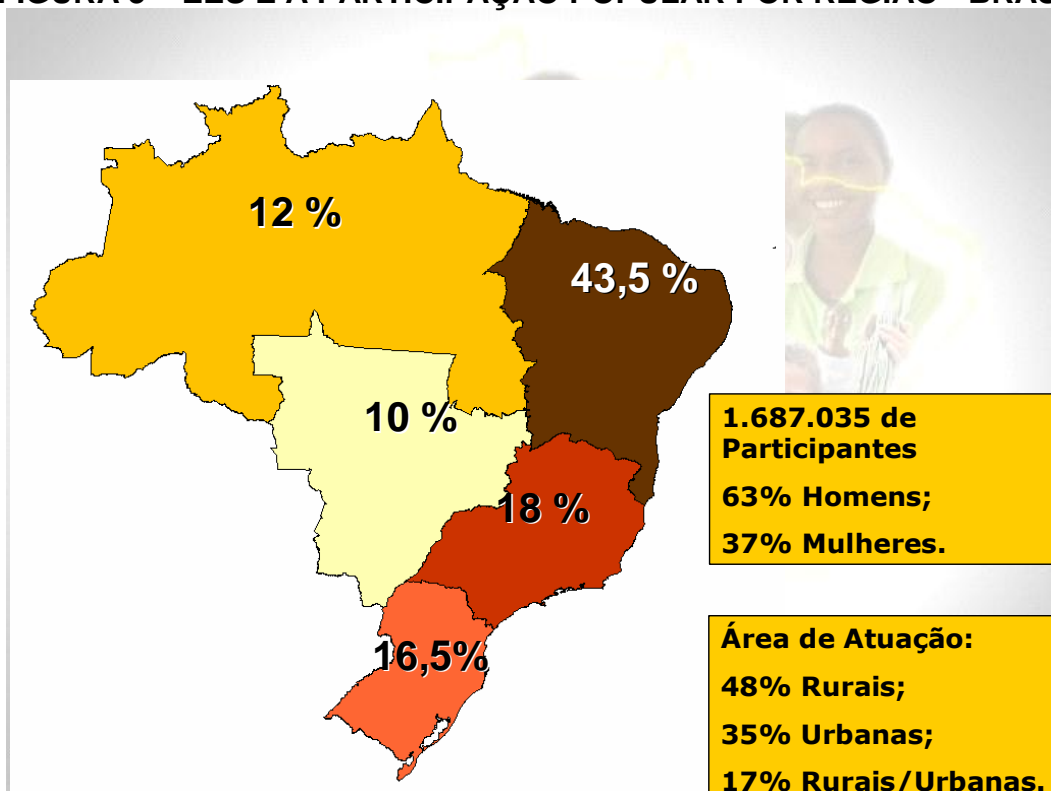


FIGURA 2 – EES DE 1990 ATÉ 2007



Como fomentadora de mudança social, na qual a renda e a gestão são igualmente geridas e divididas, a Economia Solidária desperta o interesse de milhares de pessoas, e uma estatística recente do SENAES, ilustra a proporção desse interesse por regiões brasileiras, como indicado na figura 3:

FIGURA 3 – EES E A PARTICIPAÇÃO POPULAR POR REGIÃO - BRASIL



Fonte: IES

O apoio de organismos governamentais e não-governamentais também se revela um dado importante na conjuntura da atualidade brasileira, como é citado na página eletrônica do Ministério do Trabalho – SENAES:

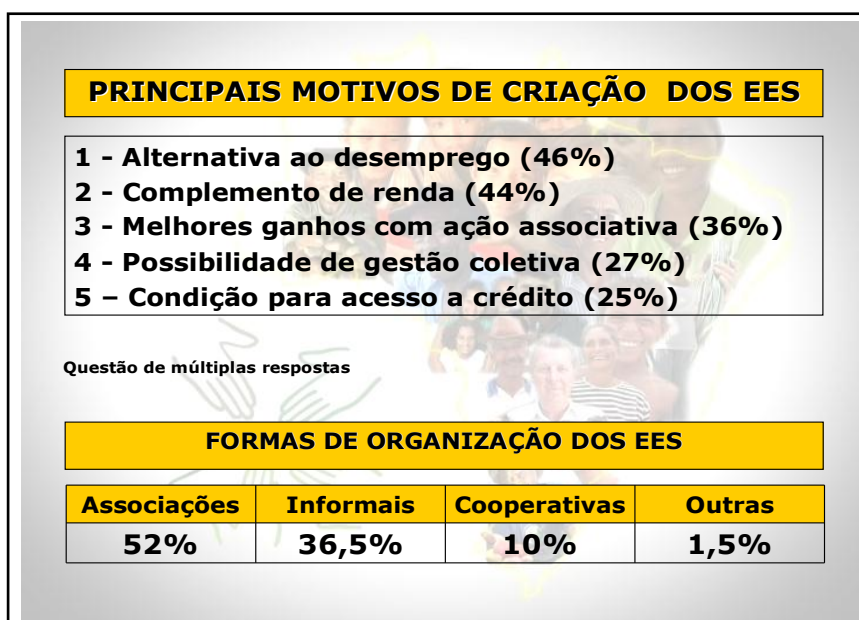
A economia solidária também vem recebendo, nos últimos anos, crescente apoio de governos municipais e estaduais. (...). Fruto do intercâmbio dessas iniciativas, existe hoje um movimento de articulação dos gestores públicos para promover troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de Economia Solidária. . (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2009)

Lima corrobora tal situação, mas, ademais de organizações governamentais, atenta-se às organizações sociais não pertencentes ao governo federal:

Entre as principais instituições que vem trabalhando com este tema no Brasil, pode-se destacar a Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), a Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social), o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), o PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul), a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores), a Cáritas Brasileira (Instituição ligada a Cáritas Internacional de atuação social da Igreja Católica), a Rede Unitrabalho (Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho), a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Fomento a Economia Solidária, a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), outras ONG's (Organizações não governamentais), alguns sindicatos, Igrejas e Universidades, através das ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares). (LIMA, 2006, p. 41)

Ao se tratar dos principais motivos que corroboram a criação de EES em todo o Brasil, dados oficiais da Secretaria Nacional de Economia Solidária, por meio do SIES (Sistema de Informações de Economia Solidária), informam que, hoje, o desemprego e a complementação de renda ainda figuram como os principais aspectos que os trabalhadores apontam ao listarem tais motivos, como mostra a tabela 1 abaixo:

TABELA 1 – PRINCIPAIS MOTIVOS DE CRIAÇÃO E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS EES BRASIL



Fonte: SIES

Finalizando, nota-se que a Economia Solidária, ao longo das últimas décadas tem se fortalecido em todo o Brasil e possibilitando assim a geração de renda e oportunidade para aqueles que geralmente são mais afetados pelas crises capitalistas da contemporaneidade. Ademais de ser uma economia nova e ao tratar de novos conceitos como a autogestão e a solidariedade, a economia solidária sugere um diferenciado padrão de envolvimento dos trabalhadores com o trabalho e, conseqüentemente, com a empresa em que trabalham. Mais que renda, a Economia Solidária no Brasil, dá oportunidade a milhares de brasileiros de se sustentarem, dentro do cenário capitalista, de maneira digna e honesta.

7. Considerações Finais

Esse artigo traz a Economia Solidária como uma medida democrática de socializar as relações de trabalho (patrão-empregado); uma forma de propiciar a autogestão dos meios de produção, em detrimento do sistema autocrático da estrutura capitalista vigente; uma solução viável ao desemprego pela geração de trabalho e renda, na implementação de políticas públicas de inclusão social; e, por fim, uma alternativa em que a própria sociedade propõe a solução de questões econômicas sem, necessariamente, a gestão estatal ou empresarial por meio de modelos cooperativos.

O rompimento com ideologias paternalistas ou assistencialistas estatais, permite que a Economia Solidária crie um novo caráter de autonomia, o qual se difunde entre os seus membros autogestores.

A existência do trabalho informal e o crescente desemprego propiciam a organização de trabalhadores e, conseqüentemente, um sistemático aprofundamento dos níveis organizacionais do terceiro setor. Assim, a Economia Solidária se apresenta como um fator basilar de tais tipos de organização social.

Além de tudo, e em contrapartida aos pressupostos estabelecidos no modo de produção capitalista, a Economia Solidária preza por conceitos, como solidariedade e humanização das formas e condições de trabalho, em que a

valorização do ser humano passa a ser um dos focos desse novo conceito econômico.

Muitos ainda são os desafios que devem ser superados pela Economia Solidária, nesse movimento de construção teórica que contribui na formação do conceito de Economia Solidária e ainda como política pública no cenário brasileiro. Todavia, mais que dificuldades a superar, a Economia Solidária dá mostras de ser um modelo econômico que conquista seu espaço na sociedade e se consolida de maneira progressiva na atualidade.

8. Referências

- BRASIL, **Ministério do Trabalho e Emprego**. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp>. Brasília: SENAES, 2009. Acesso em: 27 de maio de 2009
- BRASIL, **Ministério do Trabalho e Emprego**. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **As Origens Recentes da Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_origem.asp>. Brasília: SENAES, 2009. Acesso em: 27 de maio de 2009
- BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema de Informações de Economia Solidária. **O que é o SIES - apresentação**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Brasília: SENAES, 2009. Acesso em: 27 de maio de 2009
- COSTA, Leopoldo et al. **Integração**: A Revista Eletrônica do 3º Setor. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/4/opiniaio.html>>. Acesso em: 05 jun. 2009
- LIMA, Graziela Luisa de. **Responsabilidade Social Empresarial e Economia Solidária**: análise da relação entre as instituições envolvidas no programa de geração de trabalho e renda do Instituto do Consulado da Mulher. 2006. 97 f. Dissertação (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006.
- NASCIMENTO, E. R. **“PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA”**. Brasília: Ferreira, 2006.
- SOUZA, D. N. de. **Revista Katálisys**. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 53-60 jan./jun. 2008
- SINGER, Paul.(2002), **“A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”**, In: B. S. Santos (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.